

Feminicídio no Brasil

AUTORES

Danielle Vitoria Nunes Borges, Diego Saviro dos Santos, Kaio Raick Barbosa dos Santos, Leticia de Araujo Justino

ORIENTADOR(a)

Polliana Mesquita de Moraes

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui um grave problema social no Brasil, tendo o feminicídio como sua forma mais extrema. Esse crime reflete desigualdades de gênero historicamente presentes na sociedade e, na maioria dos casos, é precedido por diferentes formas de violência.

Para enfrentar essa realidade, o ordenamento jurídico brasileiro conta com instrumentos como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) e a Lei nº 14.188/2021, além das garantias fundamentais previstas na Constituição Federal. Entretanto, os elevados índices de feminicídio demonstram que a proteção legal ainda enfrenta desafios relacionados à prevenção, fiscalização e apoio às vítimas.

Nesse contexto, este estudo busca analisar as causas do aumento dos casos de feminicídio no Brasil e avaliar a efetividade das medidas legais e das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero.

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo analisar o feminicídio no Brasil, investigando os fatores sociais, culturais e estruturais que contribuem para seu aumento, bem como a eficácia da Lei Maria da Penha, da Lei do Feminicídio e das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Busca ainda avaliar os mecanismos de proteção às vítimas, os desafios na prevenção desse crime e propor estratégias mais eficazes para a garantia dos direitos e da segurança das mulheres.

METODOLOGIA

O presente projeto de extensão adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, sendo desenvolvido por meio de uma ação de conscientização realizada no município de Nova Mutum-MT. A atividade consistiu na distribuição de panfletos informativos em locais de grande circulação, com o objetivo de sensibilizar a população sobre o aumento dos casos de feminicídio, divulgar os canais de denúncia e promover o conhecimento acerca dos mecanismos legais de proteção às mulheres.

Para a elaboração do material informativo, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental baseada em legislações, doutrinas e artigos científicos relacionados à violência de gênero. Entre os principais instrumentos jurídicos analisados destacam-se a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), a Lei nº 14.188/2021 e dispositivos da Constituição Federal de 1988 e do Código Penal.

A ação extensionista ocorreu em pontos estratégicos do município e teve caráter educativo e preventivo. Os panfletos apresentavam informações acessíveis sobre o conceito de feminicídio, os sinais do ciclo da violência, a importância das medidas protetivas de urgência e os principais canais de denúncia e apoio às vítimas, buscando ampliar o acesso da população a informações essenciais para o enfrentamento da violência contra a mulher.

RESULTADOS

A realização da panfletagem permitiu levar informações sobre o feminicídio e a violência contra a mulher diretamente à população de Nova Mutum-MT, ampliando o alcance das orientações contidas no material informativo. Durante a ação, observou-se boa receptividade do público, que demonstrou interesse pelo tema e pela importância dos mecanismos de proteção disponíveis às vítimas.

A distribuição dos panfletos contribuiu para a divulgação de informações sobre os sinais da violência doméstica, as medidas protetivas de urgência e os canais de denúncia, especialmente o Ligue 180. Além disso, a atividade favoreceu a conscientização da comunidade acerca da gravidade do feminicídio e da necessidade de denunciar situações de violência.

Os resultados evidenciaram que ações simples de educação e informação podem desempenhar papel importante na prevenção da violência de gênero, fortalecendo o conhecimento da população sobre os direitos das mulheres e incentivando a busca por apoio e proteção em casos de violência.



CONCLUSÃO

Este trabalho analisou o avanço do feminicídio no Brasil, com destaque para o Estado de Mato Grosso, evidenciando que, apesar dos avanços legislativos, a violência de gênero permanece como um grave problema social. A pesquisa demonstrou que a efetividade das leis depende da atuação conjunta do Estado, da fiscalização das medidas protetivas e do fortalecimento das redes de apoio às vítimas. Além de relacionar os aspectos jurídicos à realidade social, a ação extensionista contribuiu para a conscientização da comunidade sobre a importância da prevenção e do enfrentamento à violência contra a mulher. Por fim, destaca-se a necessidade de investimentos contínuos em educação, proteção e acompanhamento dos dados oficiais, visando ao desenvolvimento de estratégias cada vez mais eficazes na preservação da vida e dos direitos das mulheres.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: Numeração progressiva das seções de um documento escrito: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.